

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

A Assembleia da República discutiu ontem o Orçamento Rectificativo de 2009.

O PSD apresentou propostas de alteração na linha, de resto, do que já tinha feito em Outubro, nomeadamente:

- Descida de 2% da Taxa Social Única suportada pelas entidades patronais;
- Alteração do regime de pagamento do IVA;
- Pagamento das dívidas do Estado às empresas;
- Possibilidade da compensação de créditos;
- Extinção do Pagamento Especial por Conta;
- Alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego.

Estas propostas foram ignoradas em Outubro e, no entanto, a evolução da crise veio dar plena razão à justeza dessas propostas.

Se tivessem sido aceites, estaríamos hoje muito melhor.

A questão mais grave que hoje enfrentamos e que deve ser pano de fundo para todas as medidas a tomar é a questão do desemprego.

Para isso, é preciso proteger as PME's que são a maior fonte criadora de emprego no nosso País.

Nesse sentido, todas as medidas que contribuam para ajudar a ultrapassar as dificuldades que actualmente as afectam, fortalece-as e contribuem para a manutenção do emprego.

Ora, a principal dificuldade das PME's é a tesouraria, aliada ao facto de estarem, em geral, muito endividadas.

É por isso que dizemos que esta questão não se resolve com a abertura de linhas de crédito a que, ainda por cima, poucas têm acesso e, só por isto, esta solução fica, na maioria dos casos, pelo anúncio.

Se conseguissem obter esse crédito ficariam ainda mais endividadas, o que prova o desajuste da medida.

É por termos a clara consciência disto e da urgência de a resolver que o PSD propõe que o Estado altere o seu procedimento quanto aos sistemáticos atrasos nos pagamentos às PME's e que pague as suas dívidas às empresas.

O plano que o Governo anunciou para resolver esta questão não tem passado disso mesmo, de um anúncio, recheado de burocracia, o que faz com que o efeito prático não seja relevante.

É também para aliviar as dificuldades de tesouraria que propusemos o pagamento do IVA no momento da emissão da factura. À semelhança do que já existe em alguns Estados Membros da União Europeia, propõe-se um regime especial, de carácter opcional, em que o imposto é contabilizado com base nos pagamentos e recebimentos efectivos.

Propomos ainda a possibilidade da compensação de créditos entre o estado e as Empresas.

Com os mesmos objectivos das anteriores propostas, o PSD propõe a eliminação do Pagamento Especial por Conta.

A defesa do emprego passa pela redução do custo do trabalho, pelo que o PSD propõe a descida em 2% da Taxa Social Única suportada pelas entidades patronais.

Para reduzir o peso da previsível dificuldade de recuperação do emprego, propomos um alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego.

Estas propostas agora apresentadas que, insiste-se, já foram apresentadas em Outubro são hoje ainda mais prementes.

Elas consubstanciam uma forma oposta à do Governo de encarar a crise. É que o PSD tem em conta a realidade económica actual, enquanto o Governo só se ocupa com a intervenção do Estado.

Isto é patente quando o Governo insiste na defesa dos mega projectos, apesar do insuportável nível de endividamento externo, que se verifica hoje em Portugal.

Na actual situação económica, qualquer investimento público em que a componente importada seja significativa, só agrava o endividamento e não contribui para o crescimento económico. É o caso paradigmático do TGV.

O Governo, com as suas propostas de despesa pública, reforça a intervenção do Estado, retirando deste modo poder aos cidadãos e às empresas.

E essa intervenção, como não pode ser generalizada, não é para todos, é só para alguns.

Discrimina empresas.

A proposta do PSD, de combate à crise, pelo contrário, é transversal e justa porque beneficia todas as empresas e não as deixa dependentes do arbítrio do Estado.

É que cabe às empresas decidir como devem orientar os recursos acrescidos que lhes são postos à disposição.

É a diferença entre ser o Estado a orientar as empresas como faz o Governo ou deixar que as empresas se orientem por si como propomos.

O PSD espera que a maioria socialista aprove estas propostas porque não há tempo a perder e a realidade é clara para todos.

O PSD reafirma a sua convicção de que se as suas propostas, forem aceites, os Portugueses ficarão numa melhor situação e o desemprego não aumentará.

A situação actual não é uma fatalidade; há outras soluções e outros resultados.

Os Portugueses, tal como já aconteceu há uns meses quando denunciámos a nossa situação económica, nomeadamente o nosso nível de endividamento, vão dar-nos razão, e mais uma vez sentirão que lhes falámos verdade.

Lisboa, 30 de Janeiro de 2009